

Título: O Turismo e o Poder Público: um estudo sobre a represa “Laranja Doce” no Município de Martinópolis-SP¹.

Alba Regina Azevedo Arana²
Giuliano Taques Favareto³
Belisa Galvão Nastrari Valentin⁴

Resumo: O papel do Poder Público na atividade do turismo vem a ser o de criar condições para que ela cresça, prospere acompanhando sua evolução, detectando suas necessidades e propiciando meios para que ela se realize dentro de um constante aprimoramento. Em razão disso, o presente trabalho tem como objetivo principal analisar o papel da Prefeitura Municipal de Martinópolis-SP como o Poder Público da cidade, na represa “Laranja Doce”, verificando seu papel em prol do desenvolvimento da atividade turística. O aprofundamento da análise exigiu não só a revisão de literatura sobre o assunto, mas foram realizadas também entrevistas em órgãos oficiais e não oficiais, com prefeitos, ex-prefeitos e demais autoridades municipais. A hipótese adotada é que o poder público municipal pouco tem feito para o desenvolvimento do turismo local e isto se principalmente pela má organização do serviço público municipal.

Palavras-chave: poder público – turismo – políticas públicas

Abstract: The Public Administration role is to create conditions to allow tourism to grow, prosper and follow its evolution, detecting its necessities and propitiating that it if carries through constant improvement. The present research has as it main purpose to analyze the County City hall of Martinópolis-SP as the Public Administrator in the dam "Laranja Doce", verifying its approach in favor of the development of the touristic activity. The lack of the analysis not only demanded the literature revision on the subject, but also interviews in official and non-official agencies had been carried through, with mayors, county former-mayors and other county authorities. The adopted hypothesis is that the county public administration has made low effort for the development of the local tourism and that mainly carry out the proper tourism policy and organization as a county public service.

Key-words: Public Administration - tourism - public politics

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa trata da relação do Turismo com o Poder Público, tendo como objeto de estudo a Represa Laranja Doce no município de Martinópolis/SP.

¹ Pesquisa realizada no Trabalho de Conclusão do Curso de Turismo -2004.

² Professora de Metodologia do Trabalho Científico, Orientadora do trabalho. Coordenadora de Projetos Experimentais do Curso de Turismo da Unoeste. Mestre e Doutora em Geografia pela USP de São Paulo.

³ Bacharel em Turismo pela Unoeste.

⁴ Bacharel em Turismo pela Unoeste.

O município de Martinópolis situa-se no sudoeste do Estado de São Paulo, mais precisamente a 518 km da capital do estado, na 10ª região administrativa.

A fonte de renda do turismo no município surgiu com a exploração do balneário da Represa Laranja Doce, formada pelos rios Laranja Doce, Alegrete e Estiva. Que a princípio, foi construída com a finalidade de se obter energia elétrica, mas, posteriormente teve essa atividade praticamente paralisada, dando chance a utilização do espelho d'água como opção de lazer.

Promover uma atividade significa dar impulso a ela, fazê-la avançar, diligenciar para que se realize e não apropriadamente executá-la. Sendo assim, o papel do Poder Público na atividade do turismo vem a ser o de criar condições para que ela cresça, prospere acompanhando sua evolução, detectando suas necessidades e propiciando meios para que ela se realize dentro de um constante aprimoramento.

Em razão disso, o presente trabalho tem como objetivo principal analisar o papel da Prefeitura Municipal (mantenedora do balneário), como o Poder Público da cidade, e ainda verificar seu papel em prol do desenvolvimento da atividade turística e de que maneira está cumprindo a sua função no balneário, para que o mesmo não se torne esquecido.

Considerando a diversidade de objetivos da pesquisa, a metodologia utilizada no trabalho recaiu sob a busca detalhada da história do produto turístico municipal, a Represa Laranja Doce (sua origem, implantação do balneário, e os problemas que vem sendo enfrentados, até os dias atuais). O aprofundamento da análise exigiu não só a revisão de literatura sobre o assunto, mas foram realizadas também entrevistas em órgãos oficiais e não oficiais, com prefeitos, ex-prefeitos e demais autoridades municipais com o objetivo de coletar informações necessárias referentes ao local.

Tendo em vista que o turismo hoje é apontado como um dos setores da economia que mais cresce e se desenvolve, o município de Martinópolis não pode se excluir desse caminho e deixar escapar a oportunidade de melhor

aproveitar seus recursos fomentado pelo Poder Público municipal e sua comunidade.

2-TURISMO E O PODER PÚBLICO: Alguns aspectos.

Uma política pública de turismo pode ser entendida como um conjunto de intenções, diretrizes e estratégias estabelecidas e/ou ações deliberadas, no âmbito do Poder Público, em virtude do objetivo geral de alcançar e dar continuidade ao pleno desenvolvimento da atividade turística num dado território (MELLO, 2001, p. 40).

Toda diretriz ou estratégia instituída pelo poder público como o objetivo exposto, comporá, com o conjunto de medidas estabelecidas com a mesma finalidade que a política governamental em questão.

Do mesmo modo, um conjunto de ações deliberadas pelo poder público, em torno do objetivo de ordenar o desenvolvimento da atividade turística, pode ser revelador de uma política pública para atividade.

Tais ponderações iniciais são fundamentais para a análise deste trabalho, já que na história do turismo no Brasil, apenas duas políticas nacionais de turismo são assim instituídas. A primeira delas pelo Decreto-lei 55 de 18 de novembro de 1966, que define a Política Nacional de Turismo, cria o Conselho Nacional do Turismo – CNTur e a Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR. A segunda, instituída em 1996, decorre da Lei nº 8.181/91 e do Decreto nº 448/92.

O fato de a primeira Política Nacional de Turismo ser implementada apenas em 1996 não significa que não tenha havido anteriormente outras políticas federais para atividade. Até o Decreto-lei nº 55/66, as políticas nacionais de turismo restringiam-se a aspectos parciais da atividade e não era oficialmente conhecida como tal. Por outro lado, durante os 25 anos que separam o Decreto-lei nº 55/66 da Lei nº 8.181/91 outras políticas nacionais de turismo surgiram, na forma de diplomas legais – normas instituídas no âmbito do direito, como leis, decretos, decretos-lei, resoluções, portarias, alvarás – como efeito regulador da atividade. A intervenção nos aspectos da vida social pode se dar sob,

modalidades diversas, que podem ser agrupadas, em participações, indução e controle, segundo CRUZ (2002).

Na modalidade participação, o Estado poderia exercer algumas atividades econômicas dentro do conjunto que define o setor da economia do turismo, como explorando uma companhia aérea ou um hotel, mas essa ação é inexpressiva no país. Somente nos centros de convenções estaduais e uma minoria de hotéis em que essa participação existe.

Quanto a indução, o Estado atua como orientador do comportamento dos agentes de mercado, em geral, pela concessão de incentivos para certos investimentos. Cabe acrescentar que, no que concerne à atividade turística, essa indução pode se dar, ainda, pela criação de uma infra-estrutura que permite o desenvolvimento da atividade. Isso é o que vem acontecendo no litoral do Nordeste.

Na modalidade controle, o Estado atua como regulador, estabelecendo todas as regras a serem seguidas pela iniciativa privada na condução de determinada atividade econômica. Quanto ao turismo no Brasil, a intervenção estatal é pouco ativa principalmente nas modalidades de indução e participação.

Ressalta BALASTRERI (2003), a omissão do poder público federal, que delegou à iniciativa privada o poder de decidir sobre o (re)ordenamento de seu território. Como resultados dessa omissão, cabe suscitar o caos urbano instalado em muitos municípios litorâneos, principalmente em períodos de alta temporada (congestionamentos, falta de água para abastecimento, acúmulo de lixo em locais públicos etc.), a privatização de praias para edificação de empreendimentos do tipo condomínio de segunda-residência e para instalação de equipamentos de lazer, tais como parques temáticos, entre outros problemas.

Entre 1991 e 1996, o Estado brasileiro promulgou diversos diplomas legais com o objetivo de regulamentar aspectos do desenvolvimento da atividade turística no país e, embora tais instrumentos, irregularmente distribuídos ao longo do tempo, não deixassem claros os objetivos das respectivas políticas nacionais de turismo a que supostamente estariam subordinados, mas isto não significa que

tais políticas não tenham existido. O que se pode concluir, a partir da análise desse conjunto de diplomas legais, é que as políticas nacionais de turismo, nesse período, falharam sob diversos aspectos, mas, principalmente, por reduzirem-se a aspectos parciais da atividade, em detrimento de uma abordagem estrutural e totalizante.

2.1 O Poder Público Municipal: Estado de São Paulo

O Estado de São Paulo, por se tratar do maior centro industrial e de serviços da América Latina, caracteriza-se como um grande agente estimulador das atividades de turismo, segundo SEADE (2003).

Com uma região metropolitana que é o maior mercado do Brasil e do Mercosul – onde são geradas as maiores oportunidades de negócios no País e que conta com uma rede diversificada de serviços – o mercado de turismo em São Paulo está em franca expansão.

Fruto de uma série de transformações ocorridas no Brasil após 1994, o turismo brasileiro entrou em uma nova era. Deixando de lado a visão de que bastava a existência no País de um deslumbrante acervo ambiental para atrair consumidores de viagens e de lazer de todo o mundo, o turismo passou a ser entendido como um instrumento de desenvolvimento econômico e social, sendo para tanto necessário o estabelecimento de políticas específicas, estratégias de ação e alianças entre os setores público e privado (BARRETO, 2000, p.20).

Nesse sentido, merecem destaque o grande esforço empreendido pelos setores público e privado do turismo no Brasil, com o apoio do BID, que investiram em obras fundamentais de infra-estrutura básica; a modernização da legislação com o objetivo de abrir mercados para navios estrangeiros explorarem a costa brasileira; as medidas de estímulo à competição no setor de transporte aéreo de passageiros; e a criação de um ambiente propício ao ingresso de capitais estrangeiros no País. Essas linhas de ação permitiram à Embratur a criação da Bolsa de Negócios Turísticos, onde estão cadastrados novos projetos direcionados para a construção de hotéis e parques temáticos em várias regiões.

É evidente que essas iniciativas favorecem a criação de um ambiente propício ao desenvolvimento do turismo, mas este ainda é pouco expressivo diante da potencialidade a ser explorada no País.

De acordo com informações do Governo estadual, as oportunidades de negócios na área do turismo no Estado de São Paulo são amplas e diversificadas. O Estado e, particularmente, sua capital têm um grande peso na economia e na definição dos rumos do País; é portanto, esperado que para aqui se dirija um fluxo volumoso de homens e mulheres de negócios, oriundos do exterior e de todas as partes do Brasil.

Segundo a Embratur, a receita proveniente do turismo no Estado, em 2001, foi R\$ 7,8 bilhões, representando pouco mais de 20% do total gerado no país. São Paulo ocupa a liderança como porta de entrada de turistas estrangeiros, sendo o destino inicial de 1,6 milhão de estrangeiros, com 34% do total de turistas que vêm do exterior, principalmente da Europa e dos Estados Unidos. A capital paulista, por sua vez, ocupa o 2º lugar entre as cidades mais visitadas do Brasil, perdendo apenas para o Rio de Janeiro.

O Estado também é o principal destino dos turistas internos, alcançando 9,9 milhões de viajantes, segundo dados da Infraero. Essa demanda apresentou um crescimento considerável, pois, em 1998, recebia 18,7% do turismo doméstico e, em 2001, passou para 30%. Além disso, é o estado que mais envia turistas para outros lugares.

Assim, existem grandes perspectivas de desenvolvimento do turismo em geral, e de negócios em particular. É significativa a decisão de grandes redes estrangeiras de anunciar investimentos na construção de hotéis de padrão internacional, não só na capital como também em pontos turísticos do Estado.

No entanto, apesar de a cidade de São Paulo oferecer uma grande variedade de atividades artísticas, sediar eventos esportivos e musicais, dispor de restaurantes de padrão internacional, estar próxima de regiões litorâneas ou de regiões que abrigam riquezas naturais, as pesquisas realizadas pela Embratur revelam que, em grande medida, esses turistas limitam-se a ficar nos hotéis por falta de opções adequadas e seguras. Há, portanto, um amplo espaço para a

organização e o desenvolvimento de atividades de lazer voltadas para o turista de negócios, tanto na capital como no interior.

Já o interior do Estado, surpreende pela abrangência e diversificação do seu patrimônio natural e pela potencialidade a ser explorada. Há inúmeras riquezas naturais, situadas próximo à capital do Estado, como a Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo - área instituída pela UNESCO, englobando parques nas serras da Cantareira e do Mar - a área tombada na Serra do Japi; reservas florestais e diversas áreas de proteção ambiental; entre outras. Um outro patrimônio natural é composto por inúmeras praias ao longo de todo o litoral paulista. A Serra do Mar é permeada por florestas primitivas que encontram, ao sul do Estado, as matas do Alto do Ribeira, com mais de 200 cavernas, uma das maiores concentrações do mundo. SEADE (2003)

Estas regiões encerram verdadeiros tesouros, não apenas de diversidade biológica, mas também de qualidades paisagísticas e turísticas. Apesar do crescente interesse pelo turismo ecológico, esses lugares são pouco visitados, devido à falta de infra-estrutura adequada e ao pouco trabalho de divulgação. Desde que sejam cuidadosamente exploradas, essas regiões oferecem inúmeras oportunidades de negócios, tanto para grandes como pequenos empreendimentos.

Observa-se o mesmo fenômeno em relação ao patrimônio cultural e histórico existente no Estado: apesar de sua riqueza e diversidade, é pouco explorado e conhecido. Há importantes edificações representativas dos períodos econômicos ligados à cultura do café e à industrialização. No primeiro caso, ressalta-se a arquitetura sóbria de concepção colonial portuguesa das primeiras casas de fazendas de cultivo de café, que se encontram, por exemplo, em cidades do Vale do Paraíba e das regiões de Campinas, Itú e Piracicaba. Há ainda os inúmeros monumentos do período da imigração e da industrialização que, espelhando as características dos países de origem e a introdução e desenvolvimento de tecnologias, produziram uma linguagem estética própria do mais alto significado cultural.

Constam também do roteiro turístico de São Paulo, mas de forma ainda limitada, eventos e manifestações de caráter religioso, cultural e artístico, que se sucedem ao longo do ano, tanto na capital como no interior do Estado.

Segundo o secretário de Turismo do Estado de São Paulo, João Carlos Meirelles (2003), apesar de esses eventos atraírem de forma crescente o turista interno, há muito espaço nesse setor para o desenvolvimento de diversos negócios, visto que a infra-estrutura hoteleira local é precária, o acesso nem sempre é fácil e a organização e divulgação de viagens turísticas são pouco atrativas.

É de tal variedade o conjunto de situações físico-geográficas, histórico-culturais e econômicas existentes no Estado de São Paulo, que a Embratur identificou os municípios prioritários para o desenvolvimento do turismo. Esses municípios se localizam em diversos pontos do Estado e, por possuírem recursos naturais e culturais expressivos, podem encontrar na atividade de turismo diretrizes para o seu desenvolvimento sócio-econômico. Entre eles, estão estâncias climáticas, balneárias, turísticas e hidrominerais.

No que divulga a imprensa do Governo de São Paulo, o Estado tem se mostrado bem interessado no desenvolvimento do turismo, no qual está sendo considerado uma de suas prioridades na geração de empregos e renda, começando a se estruturar de forma mais vigorosa com a regulamentação do Conselho Estadual do Turismo, assinada no dia 01 de setembro de 2003, por decreto do Governador Geraldo Alckmin. O Conselho, presidido pelo Secretário da Ciência, Desenvolvimento Econômico e Turismo, João Carlos Meirelles, é constituído por representante de 13 Secretarias de Estado e 11 Entidades do setor, como Federações, Sindicatos e Associações de Agências de Viagens, Hotéis e Restaurantes, Promotores de Feiras e Eventos.

O Conselho terá como principais ações a serem desenvolvidas pelo Estado e pelo Setor do Turismo as inovações em vários circuitos como o das frutas, em Valinhos, Vinhedo e Jundiaí; das Entradas e Bandeiras, como Porto Feliz, Tietê e Laranjal Paulista; dos Esportes Náuticos e Pesca ao longo da hidrovia Tietê-Paraná, como Pederneiras, Barra Bonita, Araçatuba e Promissão;

das Fazendas Históricas no Vale do Paraíba; das praias da Baixada Santista e Litoral Norte.

O setor do Turismo Rural é outro potencial a ser explorado com vigor, já que São Paulo tem uma considerável infra-estrutura em regiões como o Vale do Paraíba, onde há casarões históricos de grande valor. “No setor do Ecoturismo é preciso ir além dos tradicionais roteiros, como visitar a Serra da Bocaina ou a Serra da Mantiqueira”, acentua Meirelles. O Vale do Ribeira com suas cavernas e atrações ecológicas terá atenção especial.

No entanto, os esforços para o desenvolvimento do setor exigirá treinamento de pessoas, além da identificação, por parte do setor privado, dos meios em que o Governo pode ajudar, como pequenas estradas para se atingir com maior facilidade os locais atrativos.

2.3. Programa Nacional de Municipalização do Turismo- PNMT.

É um processo que visa a conscientização, à sensibilização, ao estímulo e a capacitação dos vários Monitores Municipais para que despertem e reconheçam a importância e a dimensão do turismo com gerador de emprego e renda, conciliando o crescimento econômico com a preservação e a manutenção dos patrimônios ambiental, histórico e cultural, e tendo, como resultado, a participação e a gestão da comunidade no Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo sustentável (CASTROGIOVANNI, 2001, p. 78).

Através do PNMT, o poder público municipal se fortalece junto às empresas privadas assumindo condições de estimular a comunidade local em busca de ações que viabilizem o desenvolvimento do turismo sustentável. O programa tem como objetivo geral fomentar o desenvolvimento turístico sustentável nos municípios, com base na sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e política. O mesmo apresenta, ainda alguns objetivos específicos que possuem significativa relevância para o desenvolvimento do turismo. São eles:

- conscientizar e sensibilizar a sociedade para importância do turismo com instrumento de crescimento econômico, de geração de emprego, de melhoria da qualidade de vida da população e de preservação de seu patrimônio natural e cultural;

- descentralizar as ações de planejamento, coordenação, execução, acompanhamento e avaliação, motivando os seguimentos organizados do Município a participar da formulação e da co-gestão do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo;
- disponibilizar aos Municípios brasileiros com potencial turístico, as condições técnicas, organizacionais e gerenciais para o desenvolvimento das atividades turísticas;
- estimular o fortalecimento das relações dos diferentes níveis do Poder Público com a iniciativa privada, visando ao estabelecimento de parcerias para discutir os problemas e buscar soluções, junto à comunidade, em benefício da atividade turística;
- elevar os níveis de qualidade, eficiência e eficácia, da prestação de serviços voltados para as atividades turísticas.

Segundo GUIA (2003) o Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT é um programa desenvolvido e coordenado pela EMBRATUR, mediante a adoção da metodologia da Organização Mundial do Turismo – OMT, adaptada à realidade brasileira com o propósito de implementar um novo modelo de gestão da atividade turística, simplificando e uniformizando, para os Estados e Municípios, de maneira integrada, buscando maior eficiência e eficácia na administração da atividade turística de forma participativa.

Com instrumento de mobilização, sensibilização e capacitação, o PNMT apoia as funções gerenciais de planejamento, tomada de decisão e controle operacional abrangendo os Órgãos da Administração Pública, sejam eles da administração direta ou indireta, como Autarquias, Fundações e Empresas públicas e privadas.

A coordenação do PNMT se divide em:

- NACIONAL: compete à Coordenação Geral do PNMT, exercida pela EMBRATUR e pela instituições parceiras, planejar, coordenar, implantar, acompanhar e avaliar as ações do programa, nível nacional.
- ESTADUAL: compete ao Comitê Estadual do PNMT, formado por representantes da unidade gestora da política de turismo e das instituições

parceiras estaduais, planejar, coordenar, implantar, acompanhar e avaliar as ações de programa no estado.

- MUNICIPAL: compete ao Conselho Municipal de Turismo, criado dentro da filosofia do PNMT, iniciar e coordenar o processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo, por meio de metodologia simplificada de planejamento, com enfoque participativo.

Um exemplo a ser citado de acordo com dados da EMBRATUR (2003) é a cidade de Campo Mourão, localizada no estado do Paraná, que foi contemplada com a 1ª Comenda do Programa Nacional de Municipalização do Turismo e recebeu os "selos" de Município Prioritário para o Desenvolvimento do Turismo, e o de Município engajado no Programa de Melhoria da Qualidade do Produto Turístico Brasileiro, conferidos pelo Ministério do Esporte e Turismo e pela própria EMBRATUR.

Estas premiações são conferidas anualmente aos municípios brasileiros eleitos pelo Programa Nacional de Municipalização do Turismo, que possuem legislação ou programas específicos, com objetivos definidos e ordenados, relacionados ao envolvimento do cidadão e à limpeza urbana.

O Governo Federal, através do Programa Nacional de Municipalização do turismo, aponta algumas diretrizes básicas para um melhor planejamento do turismo dentro do município. O município de Martinópolis-SP já recebeu o incentivo por parte deste do programa, quando em março de 1996, recebeu o "Selo de Município com Potencial Turístico".

3. O LAZER NA REPRESA LARANJA DOCE: O PAPEL DO PODER PÚBLICO.

A Represa Laranja Doce foi formada com a intenção de se captar energia elétrica através do maquinário instalado pela Cia Elétrica Caiuá S/A, na década de 20. A Represa é formada pelo Rio Laranja Doce e Ribeirões Alegrete e Estiva, formando hoje um espelho d'água de 100 alqueires ou 2,42 km², com uma praia de 4.000 metros de extensão.

Após a construção da barragem, formou-se um lago artificial que atraiu alguns moradores da cidade, estes passaram então a freqüentar o local para a prática de pesca e da caça. Eram alguns aventureiros que caminhavam a pé ou a cavalo por toda a extensão do Ribeirão Alegre, que tem sua nascente junto à antiga estrada de ferro Sorocabana, atual estrada da Fepasa, dentro dos limites urbanos da cidade. Percorriam toda a extensão do Ribeirão e chegavam até à Represa onde ocupavam as proximidades da foz do Ribeirão Alegre.

Depois da abertura da estrada, que seguia até a barragem, muitos começaram a freqüentar o local, ocupando as margens do terreno próximo a barragem, que na época (meados dos anos 50), era o único local propício para a prática do lazer e limpo o suficiente para ser utilizado como praia.

Com a intensificação do fluxo de pessoas no local, alguns pescadores se aventuraram a atravessar para a outra margem da Represa, onde encontraram um lugar com melhores condições para o lazer e descanso. Pouco tempo depois foi construída uma ponte sobre a barragem, possibilitando assim que a outra margem da Represa também fosse freqüentada. Aumentou assim o número de turistas, propiciando a construção de um clube para recreação, que foi chamado de Clube Recreativo de Martinópolis, o primeiro clube da cidade.

Após a fundação do clube(década de 70), foi realizada a expansão da rede de energia elétrica, melhorando assim as instalações do clube, ocasionando um aumento no número de sócios.

Alguns dos sócios fundadores do clube compraram as terras ao seu lado, lotearam e venderam a particulares, surgindo assim as primeiras praias particulares da Represa Laranja Doce.

Essa situação perdurou durante alguns anos, até que o Governo Municipal, em acordo com o proprietário das terras na margem norte da Represa, resolveram fazer um loteamento, onde fossem abertas possibilidades para que mais pessoas viessem a ter a oportunidade de usufruir desse espaço de lazer. Foi lançado então, o loteamento de 118 alqueires chamado “Cidade Balneário”.

Houve uma série de discussões a respeito do caráter do loteamento. A Companhia loteadora queria que fosse realizado um loteamento com vistas a

ocupação das margens somente por particulares, transformando a Represa num espaço totalmente privado, no entanto, a idéia do prefeito da época era transformar a Represa num grande centro turístico. Centro Turístico é definido por BARRETO (2000) como um aglomerado urbano que tem dentro de sua área ou dentro de seu raio de influência atrativos turísticos capazes de motivar uma viagem espacial.

Aprovou-se então, a abertura de um loteamento que não ocuparia as margens da Represa, sendo este espaço destinado a se tornar uma praia pública. Foi organizada toda uma estrutura urbana para o recebimento de turistas excursionistas.

Ruas foram abertas, lotes foram criados, sendo divididos em algumas quadras com lotes de tamanho suficiente para a construção de residências e outra área com lotes destinados a ser chácaras de lazer.

A estrutura para o atendimento aos excursionistas era dotada de 2 (dois) prédios que serviam de vestiário e banheiro. Também possuíam chuveiros para banho, quatro poços de bomba manual para servir água aos banhistas, Posto de Corpo de Bombeiros e alguns trampolins, usados para pesca e banho de sol. Foi realizado um trabalho de limpeza do leito da Represa. Foram retirados tocos, galhos e troncos de árvores que estavam no fundo das águas e foi espalhada areia branca em toda a margem, formando uma praia com cerca de 4 metros de largura por toda a sua extensão. Após essa mudança, que atingiu toda a estrutura da Represa, a área foi valorizada, como a abertura de um novo loteamento no lado sul, ocorrendo a construção da maioria das casas chamadas de 2ª residência ou casas de veraneio.

Uma área de terras devolutas próxima à Represa foi utilizada na construção de casas para moradia daquelas pessoas que trabalharam na limpeza do leito da Represa, e também de pessoas que estavam sendo “expulsas” da zona rural. Esse local, alguns anos depois, foi loteado pela Prefeitura e hoje é uma vila com toda infra-estrutura possível (água encanada, energia elétrica), a qual foi apelidada de “cachorro Sentado”, porém seu nome oficial é Vila Jaquelaitis.

Com o surgimento da Cidade Balneário, foi aberta a possibilidade de pessoas de todas as classes sociais freqüentarem o local, o que realmente ocorreu e o Balneário Público passou a ser visitado por milhares de pessoas.

O acesso à represa Laranja Doce e à Cidade Balnearia se dá através da Estrada Municipal MTO-050 – Estrada Vereador Osvaldo Campioni Ascêncio, um trecho asfaltado de 12 km de distância da cidade até a Represa Laranja Doce, e também pela Estrada Municipal MTO-040, um percurso de 14 km não asfaltado.

O Balneário Público da Represa Laranja Doce representa um dos principais pontos de atração turística da região de Presidente Prudente e com melhor potencial de obtenção de recursos financeiros para o município de Martinópolis. No entanto, tal potencial não é aproveitado em sua totalidade. Pois, a indústria do turismo uma das atividades que mais cresceram nos últimos anos e uma das maiores fontes de faturamento, cabe ao município de Martinópolis, um projeto para um melhor aproveitamento do seu potencial turístico, principalmente no que tange a Represa Laranja Doce.

3.1. A Atuação do poder Público Municipal na Represa Laranja Doce.

A discussão mais aprofundada das questões propostas inicialmente resultou na realização de uma pesquisa empírica junto a Prefeitura Municipal de Martinópolis-SP. Esta pesquisa foi realizada nos meses de agosto, setembro e outubro de 2004. O objetivo era diagnosticar a estrutura organizacional da Prefeitura, verificando a existência de órgãos ligados ao turismo seu papel e relacionamento.

As entrevistas foram feitas em questionário e fita cassete e tiveram como objetivo a obtenção de dados qualitativos. O trabalho com os dados obtidos na pesquisa levou as seguintes considerações: quanto à estrutura organizacional da Prefeitura: ela se apresenta apenas esboçada e incompleta; a nomenclatura dos órgãos, bem como sua disposição, não obedecem a critérios funcionais e hierárquicos e não existem conteúdos funcionais entre Departamentos bem definidos; com isto, os órgãos não têm os limites quanto á funções, entrando uns

na área de competência de outros. Foram encontradas estas situações: Procuradoria Jurídica exercendo papel de Relações Públicas e até Serviço Social.

O Departamento de Saúde composto de um só membro e ligado no Departamento de Finanças e Contabilidade, assim como o S.A.A.D.E a e está junto a divisão de Tributação. No Departamento de Educação faltam funcionários e não tem espaço físico para sua atuação. Já Comissão Municipal de Esportes esta diretamente ligada ao Prefeito sem qualquer vínculo de programa com o Departamento da Educação. O Museu e Biblioteca esta sem planejamento dentro do Departamento da Educação, pois este desconhecia haver algum vínculo.

Enfim os órgãos e departamentos da Prefeitura de Martinópolis não possuem papéis definidos e havendo muitos desvios funcionais. Funcionários exercendo funções de que não conhecem o nome ou conteúdo e desviado a sua função original. Por exemplo, sub-contador desviado para Departamento de Pessoal. Não existem escala de substituições de chefias, ocorrendo a sua não assunção, por parte dos subordinados, ficando prejudicado o fluxo de informações e decisões na ausência do chefe.

Existe dependência hierárquica de funcionários a órgãos de assessoria como é o caso da Comissão Municipal de Esportes. Não está preenchida a função de coordenador de esportes e nem explicitada a que setor está formalmente vinculada. Com relação aos documentos expedidos pela Prefeitura foi observado que, existe uma incongruência dos órgãos quanto à sua esfera de competência. Por exemplo, assinatura de documentos como Certidão, pelo funcionário a disposição do Departamento de Pessoal e pelo Contador.

Os órgãos que tem maior força de decisão são os seguintes: Procuradoria Jurídica, Gabinete e Assessoria, Departamento de Administração e Serviços Internos e Departamento de Finanças e Contabilidade. Isto tem ocasionado dificuldades em vários órgãos como na Tesouraria e SUDS.

Não há funções importantes definidas como: assessor de imprensa, serviço social e relações públicas, sendo acumuladas por outros órgãos ou setores. Não há uma assessoria de planejamento. Maior parte das chefias são novas e não tem experiência anterior, a não ser em funções aparentemente

semelhantes, quando não totalmente diferenciadas. Há chefia com apenas um subordinado, como é o caso do Departamento Pessoal ou sem nenhuma subordinação burocrática, como é o caso do Departamento da Educação (já que o vínculo hierárquico não está definido). As chefias em sua maior parte estão ocupadas por pessoal cuja formação educacional é de nível médio.

Não existe regulamentação a respeito dos arquivos intermediário e histórico. A documentação não está sistematizada e poderá perder-se. Por outro lado, o desaparecimento de documentos pela falta de arquivamento agrava o problema da descontinuidade entre as gestões políticas.

O clima organizacional é tranquilo e cooperativo. Existe motivação para organização e aperfeiçoamento dos setores, contudo, pouco tem sido feito.

Pelo exposto conclui-se que há necessidade premente de adequar, corrigir e equipar a estrutura formal, dar conteúdos às funções e nomeá-las. Criar condições de participação e de carreira funcional. Viabilizar a construção de programas e projetos juntos aos órgãos, com metas bem definidas para conhecimento da população.

Desta forma, o que foi observado é que, existem dificuldades na área Administrativa Municipal, o que de certa forma, influencia de maneira negativa em políticas públicas aplicadas ao turismo. O modelo de organização aplicado no município tem impossibilitado o desenvolvimento do turismo. O grande dilema é situar os desafios atuais do turismo nos dias de hoje, com relação aos problemas enfrentados no município ligados a falta de estruturação básica em termos organizacionais e políticos.

Neste contexto, o caso estudado propicia condições para entender a questão do papel do poder público dentro da integração com o turismo local. Nossa experiência nos revela ainda que, são muitos e primários os problemas vividos no ambiente da Prefeitura de um Município. Contudo medidas simples poderiam resolver os problemas, a receita é *vontade política*.

4-CONCLUSÃO

A proposta fundamental deste trabalho foi discutir o papel do poder público no Município de Martinópolis-SP, procuramos apreendê-lo enquanto objeto específico, como um fenômeno específico, com natureza própria.

Este projeto de apreensão do objeto foi feito a partir da análise de um caso concreto: a Represa de Laranja Doce, tomando como contraponto para discussão as estratégias adotadas pelo Município para o desenvolvimento do Turismo.

Procuramos mostrar as particularidades deste relacionamento entre poder público e turismo. Desta forma, o objetivo deste trabalho foi compreender a situação atual no município, com relação ao turismo. E sendo assim o que se observou foi que, o Balneário Público da Represa Laranja Doce representa um dos principais pontos de atração turística da região de Presidente Prudente e com melhor potencial de obtenção de recursos financeiros para o município de Martinópolis.

No entanto, tal potencial não é aproveitado em sua totalidade. Pois, a indústria do turismo uma das atividades que mais cresceram nos últimos anos e uma das maiores fontes de faturamento, cabe ao município de Martinópolis, um projeto para um melhor aproveitamento do seu potencial turístico, principalmente no que tange a Represa Laranja Doce.

BIBLIOGRAFIA

- ABOMTUR, Associação Brasileira dos Órgãos Municipais de Turismo. **O Turismo e o Município: manual de conscientização turística**. 1º ed. Goiânia: Print, 1990.
- BALASTRERI, Adyr. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. 3º ed. São Paulo: Hucitec, 2001.
- _____. **Turismo e desenvolvimento local**. 3º ed. São Paulo: Hucitec, 2003.
- BARRETO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 8ª ed. Campinas: Papyrus, 2000.
- BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 2º ed. São Paulo: Senac, 1998.

BUENO, Marielys Siqueira. **Festa dos Santos-Reis: Um estudo sócio-cultural do lazer na zona rural.** Trabalho apresentado do IV Congresso Latino Americano de Sociologia Rural. Concepcion, Chile, 1994.

CASTROGIOVANNI, C. Antônio. **Turismo Urbano.** 2º ed. São Paulo: Contexto, 2001.

CONSCIENTIZAÇÃO TURÍSTICA. Escola de Turismo e Hotelaria Barreira Roxa. Natal: Ministério do Esporte e Turismo, Sebrae, 2001. 14 min : son, VHS-NTSC. Gravação de vídeo.

CRUZ, Rita de Cássia. **Política de turismo e território.** 3º ed. São Paulo: Contexto, 2002.

FELLINI, Lourdes. **Turismo: uma atividade Municipal.** 2ª ed. Porto Alegre: EST, 1983.

RUSCHMANN, M. V. Doris. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção ao meio ambiente.** 9º ed. Campinas: Papyrus, 1997.

SERRANO, M. R. Andrade. **Impactos da ocupação da cabeceira do Ribeirão Alegre e junto a foz da Represa Laranja Doce, em Martinópolis.** Trabalho Acadêmico. Presidente Prudente: Faculdade de Ciência e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SILVA, M. C. Ana; ANDRADE, A. Marcos; VILELA, G. Neuza. **Contribuição à melhoria do turismo na represa Laranja Doce em Martinópolis-SP.** 1996. 139f. Monografia (Especialização em planejamento e gestão municipal) – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.